# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.** 

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 5 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.336.549 mil e R\$ 2.178.561 mil para a controladora e consolidado, respectivamente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.



#### Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

 Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas

Contadora CRC 1SP214160/O-5

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consc	olidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.275	79.908	461.754	99.865
Investimento de curto prazo	4	14.659	-	31.494	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias					
e permissionárias		20.879	21.167	33.598	34.409
Ativo contratual da concessão	5	179.307	180.255	275.669	284.624
Imposto de renda e contribuição social					
compensáveis		1.547	556	3.752	2.186
Outros tributos compensáveis		188	85	1.258	396
Dividendos a receber		3.233	354	2.747	354
Outros ativos		12.821	11.641	22.330	21.079
		259.909	293.966	832.602	442.913
Ativo não circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias					
e permissionárias		4.467	4.261	5.550	5.260
Ativo contratual da concessão	5	1.157.242	1.015.672	1.902.892	1.694.470
Outros tributos compensáveis		-	-	199	199
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.810	-	-
Outros ativos		1.222	7.278	6.332	16.048
Investimentos	6	463.156	404.189	54.214	48.839
Imobilizado		1.443	434	2.128	569
Intangível		11.321	12.017	19.056	20.333
		1.638.851	1.451.661	1.990.371	1.785.718

Total do ativo 1.898.760 1.745.627 2.822.973 2.228.631

		Contro	Controladora		olidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante					
Debêntures e arrendamento mercantil	7	68.948	219.289	91.023	241.144
Fornecedores		3.293	4.151	34.087	8.671
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.721	13.044	8.344	15.149
Outros tributos a pagar		5.525	9.892	9.151	13.337
Dividendos a pagar		65.199	-	65.666	-
Provisão para compensação ambiental		1.000	9.950	1.000	9.950
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	12.601	13.403	21.373	18.211
Outros passivos		15.859	3.663	30.960	12.821
		179.146	273.392	261.604	319.283
Deseive mão circulante					
Passivo não circulante  Debêntures e arrendamento mercantil	7	397.036	188.495	842.730	265.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	256.706	214.916	320.933	265.320
Provisão para contingências	10	1.349	176	1.367	203.320 176
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	79.862	82.900	154.915	161.276
Provisão para compensação ambiental	9	6.525	02.900	18.709	7.736
Outros passivos		0.323	_	618	620
Odii os passivos		741.478	486.487	1.339.272	700.279
			100.101		700.270
Patrimônio líquido					
Capital social	11	605.025	581.931	605.025	581.931
Reservas de lucro	11	152.895	306.273	152.895	306.273
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	11	220.216	97.544	220.216	97.544
		978.136	985.748	978.136	985.748
Participação de acionistas não controladores		-	-	243.961	223.321
Patrimônio líquido + participação de acionistas não		070 400	005.740	4 222 007	4 200 000
controladores		978.136	985.748	1.222.097	1.209.069
Total do passivo e patrimônio líquido		1.898.760	1.745.627	2.822.973	2.228.631

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		Controladora		Conso	lidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	13	345.184	294.585	516.979	421.079
Custo dos serviços prestados Pessoal Material e serviços de terceiros Depreciação e amortização		(3.177) (17.904)	(6.931) (12.398)	(11.115) (27.772) (43)	(14.097) (20.448)
Outros Custo de implantação de infraestrutura		(1.439) -	(387)	(2.044) (12.490)	(922) (14.195)
Lucro bruto		322.664	274.869	463.515	371.417
(Despesas) receitas operacionais Despesas gerais e administrativas					
Pessoal e administradores  Material e serviços de terceiros		(5.433) (1.811)	(6.066) (1.676)	(6.870) (2.559)	(6.810) (2.738)
Depreciação e amortização Outras		(1.919) (2.236)	(1.810) (2.471)	(2.102) (2.509)	(1.914) (2.709)
	;	(11.399)	(12.023)	(14.040)	(14.171)
Resultado de equivalência patrimonial	6	94.042	60.149	18.849	9.823
Lucro operacional antes do resultado financeiro		405.307	322.995	468.324	367.069
Receitas financeiras Despesas financeiras	14 14	7.416 (30.420)	4.403 (33.007)	10.054 (41.520)	6.893 (41.053)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		382.303	294.391	436.858	332.909
Imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 8 e 15	(10.382) (41.790)	(20.973) (20.216)	(14.816) (55.325)	(25.177) (26.719)
Lucro líquido do exercício		330.131	253.202	366.717	281.013
Acionistas controladores Acionistas não controladores		330.131	253.202	330.131 36.586	253.202 27.811
		330.131	253.202	366.717	281.013

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	330.131	253.202	366.717	281.013	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	330.131	253.202	366.717	281.013	
Acionistas controladores Acionistas não controladores	330.131	253.202	330.131 36.586	253.202 27.811	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				_			
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017		559.008	111.802	22.923	-	43.859	-	737.592	333.521	1.071.113
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018 Constituição da reserva de retenção de lucros,		-	-	-	-	-	166.793	166.793	(96.502)	70.291
Adoção CPC 47			-	-	166.793	-	(166.793)	-	_	-
Aumento de capital		22.923	-	(22.923)	-	-		-	(9.690)	(9.690)
Lucro líquido do exercício		-	-		-	-	253.202	253.202	27.811 <sup>°</sup>	281.013 <sup>°</sup>
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal		-	4.584	-	-	-	(4.584)	-	-	-
Incentivo fiscal		-	-	23.094	-	-	(23.094)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(43.859)	-	(43.859)	(7.554)	(51.413)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(81.535)	(81.535)	(24.265)	(105.800)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	-	-	(46.445)	(46.445)	-	(46.445)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	97.544	(97.544)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		581.931	116.386	23.094	166.793	97.544	-	985.748	223.321	1.209.069
Aumento de capital		23.094	-	(23.094)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	` -	-	-	330.131	330.131	36.586	366.717
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal		-	4.619	-	-	-	(4.619)	-	-	-
Incentivo fiscal		-	-	31.890	-	-	(31.890)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	220.216	(220.216)	-	(467)	(467)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(65.200)	(65.200)	-	(65.200)
Pagamento dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(97.544)	-	(97.544)	(2.490)	(100.034)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	-	(166.793)	-	-	(166.793)	-	(166.793)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(8.206)	(8.206)	(12.989)	(21.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11	605.025	121.005	31.890	-	220.216	-	978.136	243.961	1.222.097

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consc	olidado
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	382.303	294.391	436.858	332.909
Itens que não afetam as disponibilidades	4.000	4.040	0.440	4.044
Depreciação e amortização	1.920	1.810	2.146	1.914
Equivalência patrimonial	(94.042) 30.032	(60.149) 32.869	(18.849) 41.529	(9.823) 40.639
Juros e variação monetária Receita de aplicações financeiras	30.032	32.009	41.529	40.639 (251)
Provisões para contingências	1.173	_	1.191	(106)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(3.038)	_	(6.361)	1.681
Outros itens	1.045	(661)	3.165	(703)
	319,393	268.260	459.679	366.260
(Aumento) redução no ativo	0.0.000	200.200		000.200
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	82	_	432	-
Ativo contratual da concessão	(141.470)	(23.409)	(200.317)	(39.399)
Impostos a recuperar	` (388)	`(1.774)́	` (1.722)	`(1.889)
Outros ativos	4.876	(221)	8.467	1.233
Aumento (redução) no passivo	(0-0)			(4.700)
Fornecedores	(858)	-	11	(1.792)
PIS e COFINS diferidos	-	(400.040)	-	(404.044)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(4.267)	(163.312)	(4.466)	(164.341)
Tributos e contribuições sociais a recolher Outros passivos	(4.367) 7.105	135.604 275	(4.466) 14.976	131.846 6.890
Pagamento de contingências	7.105	(9)	14.576	(9)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(17.411)	(9)	(21.760)	(9)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	166.962	215.414	255.265	298.799
Cana inquiae gerado/(concarnae) perae auritadade eperaeienale	.00.002	210.111	200.200	200.700
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(13.790)	(810)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(7.810)	-	(7.810)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	-	6.825
Aplicações em títulos e valores mobiliários	<b>.</b>	-		(28)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(14.659)		(31.494)	-
Caixa adquirido em transação de capital	-	25.733	40.074	25.733
Recebimento de dividendos	53.273	62.253	12.674	9.567
Aplicações no imobilizado	(156)	(31)	(184)	(50)
Aplicações no intangível	(434) 24.234	79.335	(442)	34.237
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	24.234	19.333	(19.446)	34.237
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Redução de capital	_	_	-	(22.190)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(272.544)	(171.839)	(289.613)	(207.099)
Debêntures captados (líquido de custos de transação)	269.257	84.450	684.257	193.761
Pagamentos de debêntures e arrendamento mercantil	(240.542)	(167.602)	(268.574)	(275.403)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	(243.829)	(254.991)	126.070	(310.931)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(52.633)	39.758	361.889	22.105
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.908	40.150	99.865	77.760
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	79.906 27.275	79.908	461.754	99.865
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(52.633)	39.758	361.889	22.105
Mamorito/(Nedugao) no baixa e equivalentes de baixa	(52.033)	J3.1 JU	301.003	- 44.100

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1. Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8° andar - Sala A - São Paulo - SP.

A EATE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Contrato de concessão						
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	
EATE	80%	042/2001	30	2031	244.572	IGPM	mar/03	Sim	
Lumitrans		007/2004	30	2034	29.910	IGPM	out/07	Sim	
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	47.345	IPCA	nov/07	Sim	
EBTE (**)	51%	011/2008	30	2038	46.126	IPCA	jun/11	Não	
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	-	IPCA	fev/22	Não	

- (\*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019.
- (\*\*) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$49.197 para STC e R\$50.989 para EBTE.
- (\*\*\*) O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida RAP de R\$101.020. A entrada em operação comercial está prevista para 09 de fevereiro de 2022.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

#### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de suas controladas.

#### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

#### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

#### Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia e suas controladas para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

#### Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

#### Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços, considerando margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação

## 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação dos serviços de operação e manutenção--Continuação

Durante o exercício de 2019, a Companhia e suas controladas aprimoraram as suas estimativas e, consequentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$140.834 (Controladora) e R\$167.378 (Consolidado).

#### 2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da EATE e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a EATE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2019:

		% partio	cipação
Razão Social	Tipo de investimento	2019	2018
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%	51,00%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%	61,55%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Controlada	80,00%	80,00%
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A	Controlada	100,00%	99,99%
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	Coligada	18,08%	18,08%
Companhia Transirapé de Transmissão S.A	Coligada	10,00%	10,00%
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação

#### 2.5. Critérios de consolidação--Continuação

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

#### 3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado".

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

#### 3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e de suas controladas, que varia entre de 7% a.a. 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGP-M.

### 3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da EATE e suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a EATE e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

#### 3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

#### 3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a EATE e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

### 3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.7. Arrendamentos

A EATE e suas controladas avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a EATE e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

#### 3.8. Tributação

#### 3.8.1. Tributos sobre a receita

As receitas da EATE e suas controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,6%;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.8. Tributação--Continuação

#### 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social:

#### Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da EATE e das controladas EBTE e ESTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime do lucro presumido.

A EATE e a controlada EBTE possuem incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

#### **Diferidos**

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

#### 3.9. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

#### 3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

#### 3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

#### 3.9.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

#### **3.9.4.** Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

### 3.10. Resultado por ação

A EATE e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente.

#### 3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro;
- CPC 48 Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) Alterações, reduções ou liquidação de planos.
- CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento
- Controlado em Conjunto
- CPC 06 (IFRS 16) Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16) Operações de Arrendamento Mercantil Como resultado da aplicação inicial dessa
   norma, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como
   operacionais, a Companhia reconheceu em 01 de janeiro de 2019 R\$1.118 de ativos de
   direito de uso e passivos de arrendamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$212 de amortização e R\$86 de juros e correção monetária destes arrendamentos.

#### 3.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da EATE e suas controladas, estão descritas a seguir. A EATE e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material
- Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro
- Alterações ao CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos

## 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	50	98	2.687	511
Aplicações financeiras	41.884	79.810	490.561	99.354
=	41.934	79.908	493.248	99.865
Caixa e equivalentes	27.275	79.908	461.754	99.865
Investimento de curto prazo	14.659	-	31.494	-

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 97,19 % do CDI em 31 de dezembro de 2019 (98,15% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

#### 5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EATE e de suas controladas é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão:
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 5. Ativo contratual da concessão--Continuação

#### Movimentação do ativo contratual da concessão

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	736.109	1.652.525
Adoção CPC 47 Receita de operação e manutenção Remuneração do ativo contratual da concessão Receita de implantação de infraestrutura (-) Parcela variável Realização do ativo contratual (recebimento)	442.105 42.438 277.721 - (1.222) (301.224)	249.927 65.303 379.589 20.429 (2.678) (386.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.195.927	1.979.094
Receita de operação e manutenção Remuneração do ativo contratual da concessão Receita de implantação de infraestrutura (-) Parcela variável Realização do ativo contratual (recebimento)	96.390 137.111 140.023 (593) (232.309)	141.861 235.195 189.270 (672) (366.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.336.549	2.178.561
Ativo contratual da concessão - circulante Ativo contratual da concessão - não circulante	179.307 1.157.242	275.669 1.902.892
Total circulante e não circulante	1.336.549	2.178.561

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A EATE e suas controladas consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

#### 6. Investimentos

### a) Movimentação dos investimentos durante os períodos apresentados

	Controladora								
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	152.195	89.974	224.765	1.874	7.070	10.342	12.493	29.185	527.898
Adição (redução de capital) Resultado de equivalência	(12.310)	(8.000)	-	810	-	-	-	(5.424)	(24.924)
patrimonial '	16.477	17.274	13.691	1.296	1.335	2.089	2.634	5.353	60.149
Efeito adoção CPC-47 Dividendos e juros sobre	(10.061)	5	(93.901)	481	(1.679)	(2.032)	(1.273)	7.544	(100.916)
capital próprio (-) Amortização direito de	(18.203)	(13.003)	(17.850)	-	(806)	(1.375)	(342)	(5.914)	(57.493)
concessão	-	-	-	-	(134)	(187)	(204)	-	(525)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	128.098	86.250	126.705	4.461	5.786	8.837	13.308	30.744	404.189
Adição (redução de capital) Resultado de equivalência	-	-	-	21.600	-	-	-	-	21.600
patrimonial Dividendos	26.534 (18.465)	18.754 (22.134)	17.599 (486)	12.306 -	2.279 (729)	2.693 (2.046)	6.170 (2.865)	7.707 (9.423)	94.042 (56.148)
<ul><li>(-) Amortização direito de concessão</li></ul>	-	-	-	-	(135)	(186)	(206)	-	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136.167	82.870	143.818	38.367	7.201	9.298	16.407	29.028	463.156

A EATE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### b) Participação no resultado e patrimônio líquido

	Controladas				Coligadas			
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE
Dados das companhias:								_
Total do ativo	249.023	117.073	492.083	467.741	98.333	141.877	211.753	162.033
Total do passivo	27.794	13.485	210.086	429.372	45.697	75.458	78.942	1.451
Patrimônio líquido	221.229	103.588	281.997	38.369	52.636	66.419	132.811	160.582
Receita líquida	50.238	29.606	63.220	28.731	28.717	36.742	44.293	50.077
Lucro líquido	43.110	23.443	34.507	10.719	22.787	26.929	36.668	42.633
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.339	24.141.895	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970
Participação da EATE:								
Quantidade de ações	129.872.000	57.609.676	134.159.752	24.141.894	3.000.000	4.956.900	2.234.049	15.208.597
no capital social	61,55%	80,00%	51,00%	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	18,08%
no resultado	26.534	18.754	17.599	12.306	2.279	2.693	6.170	7.707
no patrimônio líquido	136.167	82.870	143.818	38.367	5.264	6.642	13.281	29.028
Direito de concessão	-	-	-	-	1.936	2.657	3.126	-
Total do investimento	136.167	82.870	143.818	38.367	7.200	9.299	16.407	29.028

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures e arrendamento mercantil

		Controladora				Consolidado				
		20	019		2018	2019				2018
	Circu	lante	Não Circulante			Circu	llante	Não Circulante		
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
Debêntures 1ª emissão	-	-	-	-	_	44	21.858	445.317	467.219	98.511
Debêntures 3ª emissão	-	-	-	-	20.896	-	-	-	-	20.896
Debêntures 4ª emissão	204	28.057	-	28.261	66.093	204	28.057	-	28.261	66.093
Debêntures 5ª emissão	176	(16)	53.989	54.149	180.702	176	(16)	53.989	54.149	180.702
Debêntures 6ª emissão	23	15.201 <sup>°</sup>	26.677	41.901	57.027	23	15. <b>2</b> 01	26.677	41.901	57.027
Debêntures 7ª emissão	37	18.432	46.244	64.713	83.066	37	18.432	46.244	64.713	83.066
Debêntures 8ª emissão	6.684	(147)	269.481	276.018	_	6.684	(147)	269.481	276.018	_
Arrendamento mercantil	-	`297	645	942	-	-	`470´	1.022	1.492	-
	7.124	61.824	397.036	465.984	407.784	7.168	83.855	842.730	933.753	506.295

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª emissão de debêntures o montante é de R\$1 e R\$11, na 6ª emissão de debêntures o saldo é de R\$16 e R\$11, na 6ª emissão de debêntures o saldo é de R\$119 e na 8ª emissão de debêntures o saldo é de R\$119 e na 8ª emissão de debêntures o saldo é de R\$147 e R\$519, respectivamente. Adicionalmente, em suas demonstrações consolidadas o saldo de principal de curto e longo prazo da 1ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos a amortizar e encargos financeiros de suas controladas, no montante de R\$141 e R\$24.676, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 7. Debêntures e arrendamento mercantil--Continuação

Debêntures 8ª emissão: Em julho de 2019, a EATE emitiu debêntures, no valor de R\$270.000, com prazo de vigência de 5 anos. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

		Consolidado								
		Condições contratadas								
							Periodicid			
	<b>Empresas</b>	Data da		Principal	Taxa	a.a.	amortiza	ação		
Financiadores / credores	operacionais	Contratação	Vencimento	contratado	Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
Debêntures 1ª emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,5%	Semestral	Semestral		
Debêntures 1ª emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	112,00%	do CDI	Mensal	Mensal		
Debêntures 4ª emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	109,75%	do CDI	Trimestral	Trimestral		
Debêntures 5ª emissão - Série II	EATE	set/16	set/21	54.000	116,00%	do CDI	No vencimento	Mensal		
Debêntures 6ª emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	107,75%	do CDI	No vencimento	Mensal		
Debêntures 7ª emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	112,00%	do CDI	No vencimento	Mensal		
Debêntures 8ª emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	108,60%	do CDI	No vencimento	Semestral		

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2	2019 (*) EATE	EBTE
Debêntures 1ª emissão	N/A	152.228
Debêntures 4ª emissão	816.616	N/A
Debêntures 5 <sup>a</sup> emissão	1.088.616	N/A
Debêntures 6 <sup>a</sup> emissão	1.205.484	N/A
Debêntures 7 <sup>a</sup> emissão	1.149.750	N/A
Debêntures 8ª emissão	1.149.587	N/A

<sup>(\*)</sup> A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 7. Debêntures e arrendamento mercantil--Continuação

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017 Ingresso de dívidas (líquido de custos de transação) Encargos sobre Debêntures e arrendamento mercantil	459.622 84.450 31.314	549.138 193.761 38.799
Amortização do principal e dos juros	(167.602)	(275.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	407.784	506.295
Ingresso de dívidas (líquido de custos de transação)	270.375	660.656
Encargos sobre Debêntures e arrendamento mercantil	28.367	35.376
Amortização do principal e dos juros	(240.542)	(268.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	465.984	933.753

O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	87.802	108.766
2022	29.998	51.050
2023	9.304	19.398
2024	269.932	268.961
2025	-	6.887
Após 2025		387.668
	397.036	842.730

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Cont	troladora		Consolidado			
	2018	Reconhecido no resultado	2018	Reconhecido no resultado	Reclassificação	2019	
Ativo fiscal diferido						_	
Prejuízo fiscal e base negativa Art. 69 inciso IV Lei nº	-	-	-	(5)	-	(5)	
12.973/14	(40.306)	3.224	(33.999)	2.905	-	(31.094)	
Subtotal	(40.306)	3.224	(33.999)	2.900	-	(31.099)	
Passivo fiscal diferido Diferimento do lucro da construção conforme art.							
84 inciso II IN nº 1515/14	255.222	38.575	299.068	42.842	-	341.911	
Outros itens	-	(9)	251	9.583	288	10.121	
Subtotal	255.222	38.566	299.319	52.425	288	352.032	
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	214.916	41.790	265.320	55.325	288	320.933	

## 9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	Controladora		Cons	olidado
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS diferidos	52.085	46.671	111.726	101.345
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	34.995	31.972	55.782	53.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	12.604	-	16.040
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	5.383	5.056	8.780	8.301
	92.463	96.303	176.288	179.487
Passivo circulante	12.601	13.403	21.373	18.211
Passivo não circulante	79.862	82.900	154.915	161.276

## 10. Provisão para contingências

O montante de R\$1.349 refere-se a três causas trabalhistas (R\$176 referente a uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2018) e o montante de R\$1.367 no consolidado refere-se a 4 causas trabalhistas e uma causa regulatória (R\$176 referente a uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como "possível" em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 10. Provisão para contingências--Continuação

	Controla	idora	Controla	ıdas
	Quantidade de processos	Valor	Quantidade de processos	Valor
Trabalhista	3	9.215	-	-
Regulatório	1	3.105	-	-
Tributário	3	4.022	5	877
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7	16.342	5	877
Trabalhista	-	-	2	60
Tributário	2	4.263	8	1.500
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	4.263	10	1.560

## 11. Patrimônio líquido

#### 11.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$605.025 (R\$581.931 em 31 de dezembro de 2018), representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Quantidade de ações					
Integi	ralizadas	% do (	capital		
Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total		
46.020.150	44.011.576	50,02%	50,02%		
45.979.850	43.988.434	49,98%	49,98%		
92.000.000	88.000.010	100%	100%		
	Ordinárias 46.020.150 45.979.850	Integralizadas           Ordinárias         Preferenciais           46.020.150         44.011.576           45.979.850         43.988.434	Integralizadas         % do 0           Ordinárias         Preferenciais         Votante           46.020.150         44.011.576         50,02%           45.979.850         43.988.434         49,98%		

#### 11.2. Reservas de lucro

#### 11.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido durante o exercício de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 11. Patrimônio líquido--Continuação

### 11.2. Reservas de lucro--Continuação

#### 11.2.2. Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

#### 11.2.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da EATE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora		
	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	330.131	253.202	
Incentivo fiscal	(31.890)	(23.094)	
Constituição da reserva legal	(4.619)	(4.584)	
Base de cálculo de dividendos	293.622	225.524	
Dividendos intermediários (*) Dividendos mínimos obrigatórios Juros sobre capital próprio Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(8.206) (65.200) - (220.216)	(81.535) - (46.445) (97.544)	
Saldo de lucros acumulados	-		

<sup>(\*)</sup> Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$62.155 em 2018.

#### 12. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$2.382 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.383 em 31 de dezembro de 2018), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2019, a EATE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 13. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Conso	lidado
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta	373.524	320.159	563.614	465.321
(-) Parcela variável	(593)	(1.222)	(672)	(2.678)
Deduções da receita operacional	(27.747)	(24.352)	(45.963)	(41.564)
PIS	(2.564)	(2.166)	(4.823)	(4.180)
COFINS	(11.831)	(9.992)	(22.239)	(19.271)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.696)	(8.293)	(13.319)	(12.440)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.164)	(2.626)	(3.335)	(3.761)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.492)	(1.275)	(2.247)	(1.912)
Receita operacional líquida	345.184	294.585	516.979	421.079

## 14. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras	7.416	4.403	10.054	6.893
Receita de aplicações financeiras	6.017	4.086	8.272	6.410
Juros ativos	107	291	171	409
Outras receitas financeiras	1.292	26	1.611	74
Despesas financeiras	(30.420)	(33.007)	(41.520)	(41.053)
Encargos sobre Debêntures e arrendamento mercantil	(28.367)	(31.314)	(34.507)	(38.684)
Variação monetária	(1.665)	`(1.555)	(6.462)	`(1.882)
Outras despesas financeiras	(388)	(138)	(551)	(487)
Resultado financeiro líquido	(23.004)	(28.604)	(31.466)	(34.160)

## 15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Juros sobre capital próprio	382.303	294.391 (46.445)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após JCP	382.303	247.946
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	129.984	84.303
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	- (46.496)	5.101
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014 Equivalência patrimonial	(16.486) (31.974)	(20.451)
Despesas e provisões indedutíveis IFRS 15 O&M e pis- cofins-rgr+taxa	(2.521) (33.990)	(552) (22.364)
Outras	181	(90)
	45.194	45.947
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido Incentivo Fiscal	38.565 (31.890)	16.991 (23.094)
Lei rouanet / Esporte / FIA	(1.465)	(1.576)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	3.225	3.225
Ajuste de exercícios anteriores	(1.457)	(304)
Total no resultado	52.172	41.189
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.382 41.790	20.973 20.216
Taxa efetiva	13,65%	13,99%

#### 16. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a EATE e suas controladas não tinham contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 16. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

#### b) Hierarquia do valor justo

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A EATE e suas controladas classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I.

#### c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da EATE e das suas controladas podem ser assim identificados:

- Risco de crédito a EATE e suas controladas mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a EATE e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- Risco de preço as receitas da EATE e da controlada Lumitrans, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, enquanto que as controladas EBTE e STC são reajustadas pela variação do IPCA;
- Risco de taxas de juros a atualização dos contratos de debêntures da EATE e da controlada EBTE estão vinculados a variação do CDI;
- Risco de liquidez a principal fonte de caixa da EATE e das suas controladas é
  proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de
  energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual,
  representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de
  transmissão DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da EATE e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 17. Benefícios a empregados

A EATE e suas controladas, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

## 18. Compromissos assumidos

A EATE mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$456.

s